



Número: **0807563-88.2018.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **17/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Processo referência: **0811004-14.2017.8.15.0001**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GERCIANO GOMES DA SILVA (AUTOR)		PATRICIO CANDIDO PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
31429 498	10/06/2020 09:05	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
31429 652	10/06/2020 09:05	<a href="#">RESPOSTA AOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS - VALOR DIVERGENE DA PERICIA</a>	Outros Documentos
31567 256	16/06/2020 10:50	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
31661 055	18/06/2020 08:52	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
31661 056	18/06/2020 08:52	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
31766 044	23/06/2020 12:31	<a href="#">Petição</a>	Petição
31766 045	23/06/2020 12:31	<a href="#">2596019_PETICAO_INTERLOCUTORIA_01</a>	Outros Documentos

em anexo - PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA **6ª VARA CÍVEL** DA  
COMARCA DE **CAMPINA GRANDE/PARAÍBA**.

PROCESSO: **0807563-88.2018.8.15.0001**

**AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ**

**EMBARGANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO  
DPVAT S/A**

**EMBARGADO: GERCIANO GOMES DA SILVA**

**GERCIANO GOMES DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos da Ação de Cobrança, que promove contra a Embargante, nesta Vara cível, por seu advogado, vem perante Vossa Excelência, apresentar **RESPOSTA aos EMBARGOS DECLARATÓRIOS**, manejado pela Promovida/Embargante, contra a sábia decisão da SENTENÇA MERITORIA PROLATADA (ID nº 30079882), que vergastou a tese por ela esposada conforme razões anexas.

**-DA SENTENÇA EMBARGADA:**

“DISPOSITIVO:

Diante do exposto, considerando-se tudo mais que dos autos constam e princípios de direito aplicáveis à espécie, **julgo parcialmente procedente o pedido autoral** e faço com fulcro no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/1974, alterada pela Lei nº 11.482/2007 para condenar a promovida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A a pagar, ao autor a quantia de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete e cinquenta centavos), com correção monetária a contar da data do acidente e juros de mora de 1% ao mês, estes devidos a partir da citação, nos termos do art. 405 do Código Civil e da Súmula 426 do STJ<sup>[1]</sup>.

Condeno, também, a promovida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

(...)” - grifamos



A redação do art. 1022 do CPC, que dispõe sobre o cabimento dos embargos declaratórios, e nos passa que, verbis:

“Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I — esclarecer **obscuridade** ou **eliminar contradição**;

II — suprir **omissão** de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III — **corrigir erro material**.

Parágrafo único. Considera-se **omissa** a decisão que:

I — **deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento**;

II — incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.” - GRIFAMOS

A embargante aduz que na sentença prolatada houve **CONTRADIÇÃO QUANTO O VALOR INDENIZATORIO**, tendo em vista, que de acordo com a perícia medica, anexada no ID nº 26783970, **o grau de debilidade do embargado ficou em 10% da ESTRUTURA CRANIO-FACIAIS**, o que corresponde a R\$ 1.350,00 (Um mil, trezentos e cinquenta reais).

Onde, na sentença proferida foi condenada a pagar o valor de **R\$ 1.687,50 (Um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este, divergente do estipulado em Lei.

Realmente, Excelência, de acordo com a perícia médica juntada no ID nº 26783970, ficou constatado a invalidez do embargado em **10% da ESTRUTURA CRANIO-FACIAIS**. Vejamos:

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	
2ª Lesão	
3ª Lesão	
4ª Lesão	

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico: Campina Grande /PB, 27 de Novembro de 2019

Assinatura do médico – CRM  
Rosana Bezerra Duarte de Paiva CRM-PB 4183  
Médica - CRM 4183-2/PA  
CPF: 587.738.512



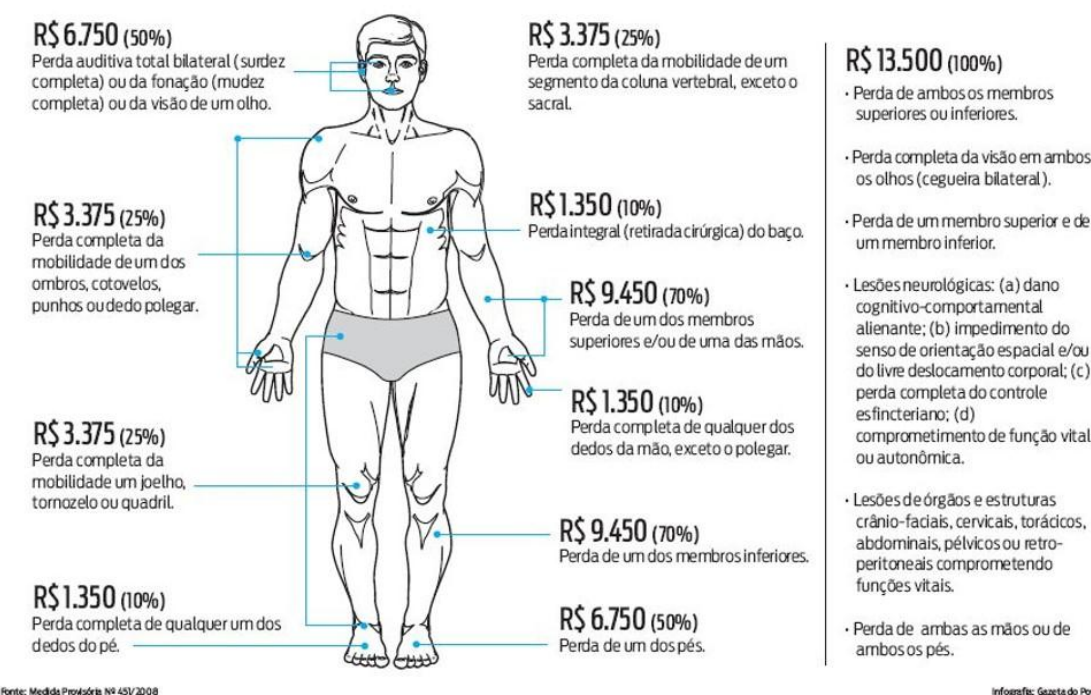
Onde, segundo a tabela prevista na Lei, aduz que em caso de perda anatômica e/ou funcional de órgãos e estruturas crânio-faciais, o percentual da perda será de 100% da indenização máxima (R\$ 13.500,00).

Segundo o laudo pericial, há perda de **10% da ESTRUTURA CRANIO-FACIAIS**, decorrente do acidente narrado, gerando debilidade permanente residual no órgão, **no percentual de 10% (dez por cento)**.

Sendo assim, faz jus o Embargado a uma indenização, relativamente a estrutura crânio-facial, no valor de **R\$ 1.350,00 (Um mil, trezentos e cinquenta reais)**.

#### VALORES DEFINIDOS

A nova tabela do DPVAT estabelece quantias a serem pagas como indenização por acidentes de trânsito conforme a parte do corpo afetada. O teto é de R\$ 13.500 e os demais são porcentagens desse valor.



O pedido de reforma da sentença, portanto, deve prosperar, pois a indenização NÃO se deu de acordo com o laudo pericial e a tabela acrescentada pela MP 451/08, alterada pela Lei nº 11.945/2009.

#### -DO REQUERIMENTO:



PELO EXPOSTO, requeremos a Vossa Excelência, que receba os presentes Embargos de Declaração, acolhendo-os, para reformar a sentença publicada no ID nº 30079882, para modificar tão somente ao quantum indenizatório, tendo em vista, que a DEBILIDADE A QUE FICOU ACOMETIDO O EMBARGANTE FOI DE 10% (DEZ POR CENTO) NA ESTRUTURA CRANIO-FACIAL, minorando de R\$ 1.687,50 (Um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), PARA O VALOR LEGAL PREVISTO EM LEI DE ACORDO COM A TABELA, que é de R\$ 1.350,00 (Um mil, trezentos e cinquenta reais), o que equivale a 10% sobre 100% dos R\$ 13.500,00, no mais, a sentença DEVE ser mantida em todos os seus termos.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

Campina Grande, 10 de junho de 2020.

Patrício Cândido Pereira.  
OAB-PB/13.863B





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**6ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0807563-88.2018.8.15.0001

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: GERCIANO GOMES DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## **SENTENÇA**

### **Embargos de Declaração. Contradição. Constatação.**

Os embargos de declaração devem ser manejados sempre quando houver omissão, contradição e obscuridade.

Vistos, etc;

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já identificada nos autos, por intermédio de seu advogado, legalmente constituído, adentrou, tempestivamente, com os presentes embargos declaratórios da sentença que julgou a ação parcialmente procedente, alegando contradição entre o corpo da sentença e o dispositivo.

Intimado, o embargado anuiu com o pedido de retificação do vício constante no dispositivo do comando judicial.

Concluo o processo para julgamento.

### **É o relatório.**

Bem vistos e ponderadamente examinados,

### **D e c i d o.**

Analisando-se com cautela a sentença embargada, verifica-se que, de fato, houve contradição quanto ao valor devido, uma vez que, consoante perícia médica, o dano sofrido pelo demandante corresponde ao disposto na fundamentação da sentença, qual seja, R\$ 1.350,00; e não de R\$ 1.687,50 como constante no dispositivo.

Com efeito, prospera a questão ora levantada, vez que deve prevalecer o valor de R\$ 1.350,00.



Assim esclarecido, **acolho os presentes embargos, dando-lhes total provimento para corrigir o erro material constante no dispositivo da sentença, fixando, pois, a quantia em R\$ 1.350,00.**

Esta decisão fará parte integrante da sentença combatida.

Intimem-se as partes, inclusiva para os fins do art. 1024 do CPC/15.

**CUMPRA-SE.**

*Campina Grande/PB. Data e assinatura pelo sistema.*







**6ª Vara Cível de Campina Grande**

( )

Nº do processo: 0807563-88.2018.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda a quem este for entregue, que em cumprimento a este, intime o(a) advogado(a) para manifestar-se no processo acima, acerca da sentença que **acolheu os presentes embargos, dando-lhes total provimento para corrigir o erro material constante no dispositivo da sentença, fixando, pois, a quantia em R\$ 1.350,00.**

Advogado: PATRICIO CANDIDO PEREIRA OAB: PB13863-B Endereço: desconhecido

, em 18 de junho de 2020.

De ordem, SUENIA AURELIANO BARRETO  
Mat.





**6ª Vara Cível de Campina Grande**

( )

Nº do processo: 0807563-88.2018.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda a quem este for entregue, que em cumprimento a este, intime o(a) advogado(a) para manifestar-se no processo acima, acerca da sentença que **acolheu os presentes embargos, dando-lhes total provimento para corrigir o erro material constante no dispositivo da sentença, fixando, pois, a quantia em R\$ 1.350,00.**

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 307, CENTRO, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58400-052

, em 18 de junho de 2020.

De ordem, SUENIA AURELIANO BARRETO  
Mat.



EM ANEXO





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB**

**PROCESSO: 08075638820188150001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **GERCIANO GOMES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar que a ré não tem mais interesse na peça recursal ora protocolizada em 25/05/2020, **DESISTINDO DO RECURSO DE APELACAO**, uma vez que a decisão dos embargos de declaração sanou o vício contido na r. sentença.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 19 de junho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 23/06/2020 12:31:40  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062312314053300000030457777>  
Número do documento: 20062312314053300000030457777

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 23/06/2020 12:31:40  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062312314053300000030457777>  
Número do documento: 20062312314053300000030457777